

Sobre a crise mundial, Marx e Keynes: alguns comentários pertinentes

Pablo Rieznik*

Resumo:

Ao ingressar no quinto ano de uma crise capitalista sem precedentes, as tendências a um novo colapso do sistema financeiro se apresentam apenas como a ponta do "iceberg" de uma bancarrota generalizada. Isto, apesar de uma injeção monumental de recursos, equivalentes a um quarto do produto mundial para tentar manter a tona a deteriorada nave do mercado mundial capitalista. O remédio "keynesiano", uma expressão que deve ser precisada, fracassou. Em todo caso, os intentos por combinar a análise marxista e as formulações do economista inglês no sitio comum da "heterodoxia" carecem de todo rigor. Uma abordagem desta questão é o objeto deste texto.

Palavras-chave: Marx. Keynes. Crise mundial. Crise capitalista.

Todo ha sido dicho, pero como nadie escucha, es necesario recomenzar.
André Gide

Marx tenía razón, el capitalismo puede autodestruirse.
Nouriel Roubini

No início de agosto de 2011, no momento em que escrevo este artigo, a crise capitalista mundial ingressou em seu quinto ano. Estourou em meados de 2007, quando se declarou a quebra de importantes fundos de investimento aplicados na especulação com ativos imobiliários. Foi o que arrastou Wall Street a uma emblemática queda das cotizações dos valores negociados na principal bolsa de valores do mundo. Alcançou seu apogeu em 15 de setembro do ano seguinte quando foi declarada a bancarrota de um dos maiores bancos de investimento norte-americanos – o Lehman Brothers. Era a ponta do iceberg, o que estava posto então era a situação de emergência do sistema financeiro internacional, à beira de uma quebra generalizada. O *establishment* mundial se debateu entre uma extensa nacionalização do sistema bancário para tentar manter em pé a atividade

* Professor na Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Ciências Sociais. Pesquisador do Instituto de Investigações Gino Germani. End.eletrônico: riesnik2002@yahoo.com.ar

econômica semiparalisada ou seu resgate formal mediante uma injeção monumental de dinheiro e subsídios que evitasse um colapso terminal.

O montante de recursos utilizados para este fim se estima na magnitude equivalente a totalidade de produção anual dos EUA, da ordem de 15 trilhões de dólares, uma quarta parte aproximadamente do produto bruto mundial, uma quantidade sem precedentes na história do capitalismo.

A eclosão da crise financeira foi seguida por uma depressão econômica de alcances igualmente planetários. As economias mais desenvolvidas registraram uma queda superior a 3% em 2009, depois da estagnação durante o ano anterior. Nos primeiros meses da crise o estouro dos mercados de ações e a produção industrial alcançavam registros superiores aos alcançados na pior crise da economia capitalista até então, a de 1929. Diferente daquela, contudo, os analistas consideraram, praticamente por unanimidade, que o curso subsequente do desmoronamento (que na década de 30 se prolongou em um tobogã ininterrupto por muitos anos) desta vez seria limitado por um massivo resgate financeiro que havia sido evitado setenta anos atrás. De fato, no fim de 2009, se declarava oficialmente o fim da recessão.

Os dados que se mostravam para provar que a marcha para o abismo havia sido detida e inclusive, revertida, eram enganosos. A situação de falência dos bancos foi dissimulada por manipulações do que se chama “contabilidade criativa” para superestimar o valor de ativos desvalorizados. Os indicadores da atividade econômica se encontravam também distorcidos, do mesmo modo que os lucros das empresas que se apresentavam nas contas nacionais. As cifras da economia real, tais como o nível de emprego, o volume de crédito ou investimento – para citar as mais significativas – mostravam para quem quisesse ver que não se recuperaram nunca do solavanco.

A suposta recuperação da recessão a partir da segunda metade do ano de 2009 repousava no relançamento de uma atividade especulativa enorme que, sobretudo, reproduzira o mesmo mecanismo que havia conduzido ao colapso da chamada “bolha” imobiliária de 2007, quando os preços das moradias começaram a baixar, as taxas de juros a subir e os devedores privados começaram a ingressar em massa na fila de suspensão de pagamentos de suas hipotecas, arrastando assim os fundos a galope, montados nestas últimas. Foi uma bola de neve que varreu tudo a seu redor, liquidando um negócio fictício que se apoiava em uma hipertrofia do endividamento para sustentar a superprodução de edifícios e urbanizações.

Foi apenas o início porque, morta a “bolha”, viva a bolha! Não para resgatar as vítimas, mas os vitimadores: os bancos e companhias financeiras golpeadas pelo vendaval. A partir de 2008 se inflou, então, um novo endividamento, ainda

que, desta vez às custas das finanças públicas e, também, em uma dimensão homérica. Seu estouro foi mais rápido ainda e é o terreno em que se desenvolve a crise agora, decretando a quebra das economias de países e regiões inteiras. O caso mais notório foi da Grécia (mas também da Islândia, Irlanda e, antes, os países bálticos) que, há mais de um ano, se desenvolve penosamente como a crônica de um “default” anunciado.

O *default* “nacional” é o terreno emblemático da nova fase da crise que afeta as elos mais débeis da cadeia da economia globalizada, um fenômeno que domina as vicissitudes da crise na atualidade *urbi et orbe*. Por isso, é mais que sintomático o fato de que este quinto ano da crise estreou com o bombástico problema de possível default do governo norte-americano. Como se sabe, a declaração formal de suspensão de pagamentos foi evitada formalmente com a autorização do legislativo pactuada entre o governo de Obama e os opositores, do partido republicano, para elevar o nível de endividamento público estatal. Como, por outra parte, os Estados Unidos detêm o poder de gestão da moeda que segue funcionando como dinheiro mundial, não poucos especialistas estimaram que o chamado *default* era uma montagem artificial.

Uma análise oportuna (Altamira, 2011) sobre este tema indica que, a suspensão de pagamentos da dívida dos Estados Unidos é um fato que se evidencia desde muito tempo atrás. O que acontece é que a administração norte-americana tem deixado de pagar sua dívida pública faz bastante tempo, o que se oculta pelo fato de que, se limita a renová-la, com mais dívida, incrementando assim explosivamente seu valor. A causa principal deste crescimento é a acumulação de juros que se paga com a emissão de dívida nova. A taxa de crescimento da dívida supera o PIB. Quando se diz que os Estados Unidos poderiam incorrer em *default* se oculta que já o tenha feito, como se verifica pelo fato de que o valor da dívida no mercado não tem relação com a realidade. Seu valor nominal, sempre crescente, dissimula uma estrepitosa queda de seu valor real, que não é outra coisa senão uma expressão da desvalorização do dólar, a moeda que se usa como referência mundial. A dívida pública norte-americana vale, em termos de ouro, 12% (88% inferior) do que valia em 2005. Isto quando a dívida pública federal cresceu vertiginosamente nos últimos anos até alcançar 14 trilhões de dólares – cem por cento do PIB – e quando o déficit fiscal do exercício de 2011 supera 10% deste produto, cerca de dois trilhões de dólares. O computo da dívida pública, por outra parte, não inclui os estados da federação e os municípios – muitos dos quais, entre eles, o estado da Califórnia, deixou de pagar suas contas em dólares para fazê-lo em um tipo de moeda local, um certificado denominado IOU.

Analogia defeituosa (história)

É certo que a crise iniciada em 1929 – normalmente lembrada para examinar a situação atual – o epicentro também foram os Estados Unidos. A analogia (Rapoport e Brenta, 2010) é normalmente utilizada para destacar características que as aproximam. Por exemplo: que foram precedidas por uma hipertrofia especulativa descontrolada do capital financeiro; que essa mesma hipertrofia expressava uma superprodução em âmbito da economia chamada real; que as autoridades econômicas facilitaram e estimularam a espiral ascendente da especulação; que foram precedidas por um extenso período marcado por uma tendência declinante da taxa de lucro do capital; que a distribuição de renda havia se incrementado notoriamente durante um longo período, provocando um hiato crescente entre a oferta e a demanda, etc.

A reiterada apelação ao antecedente de 1929, para ilustrar as características da crise atual conduz, normalmente, a uma interpretação dos fatos que se desdobra em duas conclusões distintas ainda que normalmente complementares. A primeira sugere de maneira simplista que, não há nada novo debaixo do sol, sempre que choveu parou. Seria um cenário que conhecemos faz muito tempo sobre a natureza do capitalismo: sua tendência a sucumbir na mesma medida em que prova sua capacidade de renascer purificado uma e outra vez de suas cinzas. A segunda conclusão habitual explícita que a similitude entre ambas as crises, com setenta anos de diferença, permite aproveitar as lições da primeira e evitar os erros de então na medida em que possamos aprender da experiência e aplicarmos os remédios correspondentes. O *mainstream* neste campo pretende inscrever-se no desvio de uma suposta nova era inaugurada por Keynes. O economista inglês teria elaborado o corpus teórico capaz de legitimar a intervenção estatal ali onde a mão invisível (?) do mercado se mostra impotente.

O principal defeito das “leituras” em termos comparativos de grandes crises capitalistas do último século é a completa ausência da consideração do momento histórico nas análises. Algo que é imprescindível para caracterizá-las assim como para apreciar os eventuais vínculos que se faz entre Marx e Keynes. Por isso convém deter-se neste ponto antes de continuar.

O capitalismo é um modo de produção historicamente condicionado, aquilo que se materializa, nas circunstâncias de sua origem, explica seu desenvolvimento pleno e ulterior e sua inevitável decadência. Importa enfatizar que isto constitui o elemento essencial da contribuição de Marx à compreensão da natureza da sociedade moderna. Não em vão indicou que a economia clássica supunha que “houve história, porém já não há”. A história, segundo os clássicos, haveria sido cancelada com a irrupção da organização social capitalista que representaria o ponto de chegada do homem a um sistema de organização social que correspon-

deria a sua essência como espécie. Admitir o contrário significaria colocar que o capitalismo está condenado ao esgotamento e, inclusive, à desaparecimento como uma forma a mais dos modos históricos de existência que marcam a evolução da humanidade.

O marxismo como abordagem científica das contradições inerentes ao capitalismo é indissociável de uma teoria sobre o inevitável colapso da forma de organização social. Uma realidade que deve verificar-se empiricamente como resultado de seu devir histórico. É um tipo de petição de princípios do autor d' "*O Capital*" em torno da qual se desenvolveu seu labor teórico e prático como um todo. Já quando escreve o *Manifesto Comunista*, em 1848, Marx considera que o capitalismo, tendo chegado a seu apogeu colocava, por isso mesmo e só por isso, a transição a uma ordem social superior, cujo ponto de partida seria a revolução proletária.

Engels colocará muitos anos mais tarde que o prognóstico havia se adiantado a seu tempo sem questionar, naturalmente, o caráter da abordagem histórica geral. O co-autor do *Manifesto Comunista* ainda vivia quando se produziu, a partir dos anos setenta do século XIX, o que se considera a "Grande Depressão", a grande crise capitalista que se estendeu por duas décadas até o umbral do século XX e que os sucessores de Marx consideraram que era a dobradiça que marcava o início de uma fase definitiva de decadência capitalista e o princípio prático daquela transição posta por Marx no *Manifesto*, a que tomaram em suas mãos os bolcheviques em 1917. Em outro trabalho examinamos as vicissitudes desse processo (Rieznik, 2007).

O que importa destacar, agora, metodologicamente, que o marxismo é essencialmente uma teoria do colapso inevitável da ordem capitalista¹. Um esquema da periodização histórica sobre a curva da evolução do capitalismo como um todo, pode ser reconhecida na obra de Hobsbawm, em sua trilogia sobre a sociedade moderna (*A era das revoluções, A era do capital e A era do império*) que responde ao esquema clássico segundo o qual, o século XX marcaria a fase de decadência capitalista. Um trabalho publicado pouco tempo atrás tenta identificar algumas das características deste processo autodestrutivo do capital, na contração crescente do mercado mundial (substituído pelo intercâmbio não mercantil no seio das grandes corporações ou inclusive entre elas), na diminuição observada mais recentemente da proporção do comércio mundial com relação ao produto mundial, no enfraquecimento do investimento estrangeiro no mercado global, o

¹Uma parte importante da esquerda abandonou este ponto de vista sem perceber ou ignorando com displicência sua completa incompatibilidade com as formulações marxistas que às vezes formalmente se segue reivindicando. Ver, por exemplo, Katz (2011).

deslocamento de contingentes crescentes da população do espaço do intercâmbio mercantil capitalista, na diminuição da força de trabalho que se processa também no período mais recente e na crescente dificuldade para transformação de dinheiro em capital, que deu lugar ao incremento sem precedentes do capital fictício como base da atual hipertrofia financeira da economia mundial (Piqueras, 2011).

Uma questão de método

Ao abordar a questão da evolução histórica do capital é preciso evitar a tendência “economicista” a examiná-la com critérios limitados ao puramente quantitativo que, *in extremis*, se limitaria a considerar a evolução do Produto Bruto como seu registro privilegiado. Por exemplo, se se desenvolve a indústria metalúrgica ou se constrói uma ferrovia o produto e a atividade econômica cresce na estatística da contabilidade nacional. Mas também cresce o produto se se expande a manufatura de armas de guerra ou se desenvolve a indústria do turismo sexual (algo que é mais que uma metáfora porque há países do sudeste asiático nos quais tal indústria é parte significativa da atividade econômica). Não é difícil associar a primeira variante a um processo de expansão de forças produtivas, o que não é o caso da segunda variante. Alguém tão longe do marxismo como Robert Kennedy levantou a questão com toda clareza no contexto de uma grave crise em seu país, em 1968:

Nosso PIB soma em seus cálculos, a contaminação atmosférica, a publicidade do tabaco e as ambulâncias que vão recolher os feridos de nossas autopistas. Registra os custos dos sistemas de seguridade que instalamos para proteger nossos lares e as prisões nas quais encerramos os que ingressam nelas. Cresce com a destruição de nossos bosques de sequóias e sua substituição por urbanizações caóticas e descontroladas. Inclui a produção de napalm, armas nucleares e veículos blindados que utiliza nossa polícia anti-distúrbios para reprimir os estouros de descontentes urbanos. Inclui [...] os programas de televisão que exaltam a violência a fim de vender jogos às crianças. Em contraste, o PIB não reflete a saúde de nossos filhos. Não mede a beleza de nossas poesias nem a solidez de nossos matrimônios. Não se preocupa em avaliar a qualidade de nossos debates políticos nem a integridade de nossos representantes. Não leva em consideração nosso valor, sabedoria ou cultura. Nada diz de nossa compaixão nem da dedicação a nosso país. Em uma palavra: o PIB mede tudo, exceto o que faz a vida valer a pena ser vivida².

Conclusão: no exame da crise atual não é suficiente, para avaliar a magnitude das falências em curso, a consideração das cifras relativas à marcha da atividade

²Discurso como candidato à presidência dos Estados Unidos, em 18 de março de 1968.

econômica, as cotizações nas bolsas, o volume do mercado mundial ou inclusive sua extensão territorial “globalizada”. É imprescindível ter em conta tudo isso, mas, sobretudo, apreciar o lugar desta crise na dinâmica mais geral do capitalismo contemporâneo. A atual é a quarta grande crise capitalista se se considera como primeira a já mencionada aqui, a Grande Depressão do final do século XX. A segunda corresponde à dos anos 20 do século passado. A terceira, incubada a partir do final dos anos 60 e encontra seu ponto culminante em 1975. A quarta é a que vivemos agora em tempo real e à qual sequer é rigoroso fixar um princípio em 2007. É mais acertado indicar seu início no fim da década de noventa, quando quebraram os países chamados “tigres asiáticos”, se produziu o *default* da Rússia e derrubaram os mercados de ações enquanto se esgotava a especulação em torno das empresas denominadas “ponto com” e se produziam quebras emblemáticas na economia norte americana (Enron, WorldCom).

Cada uma destas crises marcou uma fase histórica particular de ampla duração, marcada por cataclismas sociais e econômicos de grande envergadura. Sem entrar em detalhes recordemos que as duas primeiras foram seguidas de duas guerras mundiais e por um cenário de revoluções que conduziram à expropriação do capital em uma parte decisiva do globo. A terceira foi continuada pelo que Robert Brenner popularizou em seus importantes trabalhos como o “longo declive” para identificar o desempenho sempre declinante do capitalismo nas décadas seguintes³. A crise atual ocorre após o capital empreender uma ofensiva geral e sem igual com o intento de superar as condições de seu alto grau de decadência. Foi uma empresa de alcances gigantescos dirigida ao aprofundamento da exploração no interior de seus próprios centros, a uma recolonização enorme da periferia e, decisivamente, a rematar o processo de quebra dos regimes burocráticos, do chamado Leste europeu e também da China, abrindo seus mercados a um processo de restauração cuja amplitude é impossível diminuir. Nestas condições o lugar único da crise atual é o que corresponde à tentativa mais profunda e estendida do capitalismo para reverter as condições de seu próprio esgotamento, quando nas aparências havia estabelecido uma espécie de vitória definitiva depois de um século de longas e diversas batalhas. A presente crise contém em si todos os elementos do desenvolvimento histórico anterior e projeta um cenário de colapso, cujas consequências catastróficas ainda estão longe de expressar-se de uma maneira acabada.

³O que culmina agora com um tsunami sem igual na economia global. Ver Brenner (2009).

Keynes, revolucionário?

O que assinalamos até aqui basta para apontar o que importa para este artigo: considerar os vínculos entre Marx e Keynes, porque ressalta a diferença abismal de abordagem que os distancia. É uma diferença que pode ser definida em termos de classe se se recorda que o economista inglês admitiu que “não posso permanecer insensível ao que creio é a justiça no sentido comum, mas a luta de classes me encontrará do lado da burguesia ilustrada” (Cf. Keynes). A obra de Keynes carece absolutamente de toda consideração significativa sobre a natureza histórica da sociedade capitalista. Pretendeu-se observar em seus trabalhos, ainda assim, uma indagação inovadora sobre a incerteza do futuro e as possibilidades da ação humana. Alguns autores indicam que seria o fundamento original de sua crítica às formulações esquemáticas da economia clássica em torno ao mecanismo mercantil de relojoaria por meio do qual o tempo poria as coisas em seu lugar e da melhor forma possível (Schwartz, 1984). Mas, quanto tempo – pergunto então – a Keynes-? O célebre “a longo prazo estaremos todos mortos” é, sem dúvida, mais uma crítica elegante a certezas e temporalidades metafísicas dos adoradores do mercado. Parece-nos, não obstante, que interpela em outra dimensão, não explícita, o mundo de urgências, cambiante e convulsionado, do qual Keynes tentou dar conta. A morte e o tempo parecem aludir melhor, ainda que seja como metáfora o seu momento histórico.

Keynes desenvolveu seu trabalho em duas décadas marcadas pela Grande Guerra, a ascensão do bolchevismo, a hiperinflação alemã, a queda da República de Weimar e a irrupção do nazismo e a hecatombe econômica de 1929. Desenvolveu seu trabalho nas condições de um mundo que se desintegrava: o declínio do império inglês e “sob o impacto da ameaça da revolução” (Schwartz, 1984). Sua obsessão pela política monetária se vinculava a uma e outra coisa. Por um lado, acreditava que a libra, associada ao padrão-ouro, se encontrava sobrevalorizada, constituindo-se em um fator decisivo que acelerava o retrocesso da Inglaterra no mercado mundial. Por outro lado, estimava a inflação como um instrumento “leninista” para destruição do capitalismo. É certo que os meandros de sua confusa reflexão teórica sobre nosso tempo pode iluminar aspectos interessantes da política econômica capitalista. Mas é um exagero elevar suas digressões ao nível de um reconhecimento do suposto conceito de “equilíbrio” na economia capitalista, que levantaram Lênin e Trotsky (Bach, 2009).

Paul Mattick (1984) criticou com toda justiça o mote de “revolução” para explicar as propostas de Keynes. Em primeiro lugar, por sua pretensão de fundar a “macroeconomia” através do estudo dos agregados econômicos, que os neoclássicos e Alfred Marshall (mestre de Keynes) haviam tratado como trastes velhos. Essa “revolução” havia se iniciado duzentos anos atrás, com o famoso

quadro econômico de Quesnay, que estabelecia a seu modo o metabolismo social da produção. Era o princípio da economia clássica que Keynes mal entendia (ao confundi-la com a dos chamados marginalistas e inclusive com o próprio Marx).

Em segundo lugar, um dos pontos decisivos da chamada “revolução keynesiana” – a crítica a “lei de Say”, segundo a qual os desajustes no mercado são impossíveis porque a realização de toda oferta é automaticamente a criação de uma demanda equivalente – carece de maior relevância. Até um menino pode entender que numa economia mercantil alguém pode vender sem comprar em seguida, e vice-versa, de modo que a refutação do fenômeno de um mercado que não se ajusta automaticamente com o crescimento do produto não requer muita ciência, menos ainda uma elucidação que se pretende “revolucionária”. Marx, que foi muito cuidadoso na elaboração crítica das propostas da economia clássica e seus emblemáticos representantes – Adam Smith, Davi Ricardo – considerou desdenhosamente a Say. Não devia tomar com seriedade a “este cômico príncipe da ciência” a quem se adjudicava “ter desenterrado o tesouro do equilíbrio metafísico das compras e das vendas” (Cf. Marx).

Em terceiro lugar, se tem exagerado o significado da alegada questão chave de análise keynesiana sobre as crises como resultado de uma quebra na demanda efetiva (soma do consumo e investimento). Keynes considerava que a queda da demanda representava uma tendência estrutural do capitalismo, derivada de um hiato entre a poupança e o investimento, que tendia a reproduzir-se de forma recorrente. Uma brecha que não podia ser resolvida sem a intervenção do Estado como representante geral do Capital. Keynes pensava que deste modo se estimularia também, e decisivamente, o consumo que tendia inevitavelmente a declinar como proporção da demanda total na medida em que se expandia a atividade econômica. Marx, contudo, não necessitou nem sequer considerar a tautológica categoria da “demanda insolvente” para (não) explicar a tendência do capital à superprodução.

Enquanto Keynes explicou as crises nos termos de um funcionamento defeituoso do mercado, o autor d’*O Capital* explicou as consequências contraditórias e necessárias de seu funcionamento em plenitude. Ou seja, demonstrou a irreversível tendência do capital a encontrar seus próprios limites e sua necessária decadência nos termos de uma dinâmica “exitosa”, se se nos permite o despropósito.

Marx mostrou, no século anterior ao de Keynes, que o capital tende a encontrar uma barreira absoluta que não pode superar quando eleva a produtividade do trabalho, mediante a qual cada capitalista em particular tende a tirar vantagem de seus competidores. Não só cria assim as condições para um deterioramento de sua própria rentabilidade (que decresce em proporção à queda da participação do trabalho no investimento do capital como um todo); o capital cria assim as

condições de uma nova maneira de produzir os meios da vida humana em um sistema que desloca o próprio trabalho de seu centro de gravidade. Com uma produção crescentemente maquinizada ou automatizada, o capitalismo nos coloca o cenário de uma forma de organização social que libere o homem do jugo do trabalho como conheceu ao longo da história, ou para dizer com palavras célebres, para passar da pré-história à história autenticamente humana. O marxismo coloca não só a emancipação dos trabalhadores da exploração capitalista, mas a emancipação da espécie humana da escravidão do trabalho obrigatório, necessário e imprescindível para assegurar sua existência. Não é possível ver nisto a diferença irredutível do alcance da visão marxista do enfoque keynesiano que as analogias superficiais tendem a negar?

O que foi dito

Contra uma opinião que se tem generalizado com extrema superficialidade, não existe em Keynes nenhuma teoria da crise que justifique uma consideração rigorosa. Na medida em que, a economia política (entendida nos termos de sua formulação clássica e da crítica marxista que ao mesmo tempo tende a transcendê-la) seja apreciada como o desenvolvimento de uma disciplina científica, a análise da crise, de sua natureza e significado, ficou estabelecida em seus fundamentos com o trabalho de Marx. A pretensão de uma “revolução teórica” na matéria, associada à pessoa de Keynes é, para dizer o menos, um equívoco. O lugar do keynesianismo deve encontrar-se em outro âmbito, nos remédios que propõe não tanto para evitar as crises, mas para limitar seus alcances e eventualmente revertê-las. Mas ainda neste caso a história deve ser esclarecida.

Foi também Paul Mattick quem destacou como se passa olímpicamente pela evidência de que a saída da crise dos anos trinta se concretizou, na verdade, aplicando uma espécie de “keynesianismo ao contrário”. Referia-se à conhecida circunstância de que não foi o chamado “new deal” rooseveltiano e as importantes medidas de intervenção estatal da época que puderam levantar a economia capitalista na década de 30. Foi a Segunda Guerra Mundial e a carnificina correspondente e por uma rota oposta a sugerida por Keynes: não mediante um estímulo que recriara a propensão ao consumo deteriorado mais através de uma “poupança forçada”, a destruição massiva de capital e a disciplina militar da massa trabalhadora. Os limites ulteriores da chamada economia keynesiana, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra, foram os que se expressaram na crise que finca suas raízes no final dos anos sessenta e se prolongará na década seguinte. O “neoliberalismo” não nasceu de um repolho, mas do fracasso dos remédios keynesianos. Do mesmo modo que o chamado keynesianismo se apresenta na atualidade como uma alternativa ao colapso do neoliberalismo. Claro

que a versão atual do primeiro se parece muito mais um socorro aos atores que protagonizaram o auge do segundo (as grandes corporações financeiras).

Keynesianismo e neoliberalismo, em definitivo, se engendram mutuamente como expressão da dinâmica do ciclo econômico e de suas crises:

(as intervenções estatais) não indicam uma tendência reformadora no capitalismo. O que revelam é que o sistema encontra cada vez mais dificuldade para resolver os problemas capitalistas por meios estritamente capitalistas. Em uma ideologia capitalista consistente a “nova economia” não significa êxito, mas fracasso. Sem dúvida as intervenções governamentais podem adiar ou mitigar uma crise; mas a necessidade de tais intervenções é apenas uma prova da profundidade da situação de crise. No início deste século (XX) se havia alcançado um ponto em que a destruição do capital mediante crises e competição já não era suficiente para mudar a estrutura total do capital em direção a uma rentabilidade maior. O ciclo econômico como instrumento de acumulação havia chegado aparentemente a seu fim; ou melhor, o ciclo econômico se converteu em um ciclo de guerras mundiais. Ainda que a situação possa ser explicada politicamente, também era consequência do processo de acumulação capitalista. Em outras palavras, um capitalismo “sadio” é um capitalismo estritamente competitivo, e as imperfeições da competição em etapas primitivas e últimas de seu desenvolvimento devem ser vistas como as enfermidades próprias de um capitalismo senil. Um capitalismo que restringe a competição não pode encontrar sua regulação “indireta” nos movimentos de preços e de mercado que derivam das relações de valor no processo de produção (Mattick, 1984).

Temos assim uma formulação que introduz muito claramente o elemento histórico da evolução capitalista como o aspecto decisivo para apreciar o alcance e lugar específico da crise capitalista. A pretensão de reformular a crítica da economia política (clássica) mediante uma espécie de fusão entre Marx e Keynes, alentada pela chamada esquerda de Cambridge e as formulações do economista polaco, Kalecki, não deve ser abordado apenas do ângulo da teoria econômica senão considerando especialmente o ambiente político que a condicionou. Seja pela linha geral da época da direção stalinista de compromisso e colaboração com as potências capitalistas, seja pela rejeição ao caráter burocrático e criminoso da cúpula empoleirada no poder da ex-URSS; a tendência a uma aproximação às formulações keynesianas tomou frequentemente a forma de uma tentativa para reconciliar dois homens que, provavelmente, tiveram em comum que um morreu no mesmo ano em que o outro nascia.

O Estado e a crise, agora

Reivindicar uma filiação keynesiana para as diversas medidas que levaram a

uma crescente intervenção do Estado nos dispositivos da atividade econômica contemporânea é incorreto. Keynes, em todo caso, se apresenta como quem busca dar amparo na tentativa de formulação *ex post* de uma suposta arquitetura teórica que procura sustentá-la de modo racional. A intervenção direta do Estado como uma espécie de força autônoma, representando os interesses mais gerais do capital, ou de suas frações mais decisivas, é anterior a Keynes, data de finais do século XIX quando o Estado e as grandes potências se transformam no aríete da expansão imperialista.

O fenômeno foi se acentuando na mesma medida em que o capitalismo envelhecido requeria diversas muletas para manter-se. O *New Deal* também foi lançado antes de Keynes publicar sua “Teoria Geral” e sem sua intervenção. Na América Latina, algo similar foi formulado nos anos 30 do século XX. São os anos conhecidos na Argentina como os da década infame pela perpetuação das fraudes eleitorais e da corrupção que caracterizavam os governos oligárquicos da época. Foi então, quando o jovem economista Raúl Prebisch, futuro númen da CEPAL, formulou uma política de corte desenvolvimentista, mais tarde identificada com o legado de Keynes e que supunha o abandono de uma política econômica com base no puro *laissez faire*. Nos anos sessenta, a convergência eventual entre as formulações de Marx e Keynes seria o biombo sob o qual uma geração com vínculos com a academia se lançou à travessia que acabou nas trincheiras da ordem estabelecida, com Fernando Henrique Cardoso como nave insígnia da frota. Cardoso muito cedo lançou uma tese que declarava que a “dependência” não seria sinônimo de exploração e submissão nacional, mas o quadro no qual se podia também esperar um “desenvolvimento” compatível com a colaboração com as grandes corporações capitalistas e seus respectivos Estados (imperialismo). Algo que, como sabemos, tratou de promover como que uma espécie de esquerda do neoliberalismo, a partir da cúpula do poder. Deve-se dizer que desenvolveu sua própria cria se se tem em conta a continuidade entre a política econômica do governo petista em funções com desdobramentos posteriores (Rieznik, 2000).

Também na presente crise, a tentativa de formular uma variante de saída “heterodoxa”, que incluiria a admissão da crise com condimentos marxianos e uma medicina de natureza keyneziana, ao menos com respeito a uma intervenção ativa do Estado, resulta em um híbrido não menos inconsistente que no passado. Apesar da envergadura monumental dos recursos utilizados para conter a crise, apenas houve um respiro transitório, culminando numa recaída que pode ser ainda mais grave que a de 2008. Os mercados de ações entraram novamente em queda livre em 2011. A desintegração da União Européia é um fato, se considerarmos que alguns de seus países se converteram em uma espécie de protetorado semi-colonial de seus sócios maiores, sem que esta alternativa abrandasse a tendência a bancarrotas que se estende como uma mancha de azeite.

É certo que entre os keynesianos mais ortodoxos, na medida em que seja possível falar assim (por exemplo, algumas das formulações de Paul Krugman ou Joseph Stiglitz), se critica a política de meio caminho adotada até o momento, com iniciativas contraditórias e descoordenadas no âmbito internacional e se defende uma expansão fiscal muito audaz e ainda um ataque em regra ao sistema bancário e à atividade especulativa. Mas parte disso já tem sido feito pelos *policy makers* nos Estados Unidos e o déficit orçamentário sem freio marcha em paralelo à queda no valor da moeda, o que pode desencadear uma dissolução do sistema monetário mundial, algo que levaria a uma catastrófica desintegração do mercado mundial. Não apenas isto porque, como também vimos, os representantes do capital tem na agenda uma eventual nacionalização do sistema financeiro que constitui o sistema nervoso do mercado mundial. O assunto tem seu interesse porque prova que uma medida tão extremista como esta poderia ser ensaiada como parte do esforço para salvar o capital de uma hecatombe. Ao mesmo tempo coloca o problema em termos sociais e políticos muito claros. Não se trata de nacionalizar já ou não, estatizar ou não, considerando o ponto no limbo de uma economia abstratamente concebida, mas de precisar a “quem” e “para quê”. Ou seja, se se procede a uma variante do que poderíamos chamar capitalismo de estado como linha de defesa para salvar o paciente em terapia intensiva ou como transição a uma planificação racional do metabolismo produtivo sob o controle e a gestão dos produtores, dos trabalhadores.

Está claro agora que o resgate capitalista ao qual se lançou a política dominante nos principais países em suas distintas formulações levou o conflito social a um ponto no qual se criou uma situação de insurgência, mobilizações e lutas que constituem o ingrediente novo da crise mundial no período mais recente. As greves adquiriram uma dimensão incomum e extensa apesar do inconcebível imobilismo de suas lideranças burocráticas, enquanto se formulam “ajustes” econômicos que conduzem à liquidação em regra de conquistas seculares do movimento operário. No mundo árabe, a revolução em marcha tem se propagado com uma vertigem sem igual agitando regimes de longa data, abrindo nova etapa de consequências projetadas no tempo e no espaço. Na cidadela de Israel assistimos as maiores manifestações de massas desde o nascimento do estado sionista. O movimento dos indignados parece o início de uma reação tão nova como de amplitude que não reconhece fronteiras.

É certo que o capitalismo chegou a uma concentração tão enorme dos recursos econômicos que poderia sair desta crise com um gasto planejado gigantesco, que elevaria a produção e o movimento comercial, e com eles as finanças públicas. O problema é que os esses recursos estão concentrados em mãos privadas, que operam em função de seus próprios interesses, e que o capital financeiro ocupa o topo dessa concentração econômica. Por isso, a saída

do gasto impõe a nacionalização, a usurpação da propriedade capitalista pelo Estado capitalista. Encontramo-nos num ponto de inflexão da história. A que Marx entendeu e, Keynes, inutilmente buscou corrigir sem chegar a entendê-la. Vale aquela alternativa que muitas vezes citei em meus trabalhos, atualizada pelos acontecimentos atuais, a formulada por Rosa Luxemburgo quase um século atrás: socialismo ou barbárie. Trata-se de colocar mãos à obra.

Bibliografia

- ALTAMIRA, Jorge (2011). El default. In: *Prensa Obrera 1187*. Buenos Aires.
Disponível em: <<http://www.po.org.ar>>. Acesso em 25 de junho de 2011.
- BACH, Paula Bach. (2009). Apuntes a propósito de Keynes, el marxismo. In: *Lucha de Clase*, n. 9, Buenos Aires.
- BRENNER, Robert. (2009). *A economía de la turbulencia global*. Madrid: Akal, 2009.
- KATZ, Claudio. (2011). Etapa final ou inicial do imperialismo. Mimeo.
- MATTICK, Paul (1984). Marx y Keynes. México: Era.
- PIQUERAS, Andrés (2011). *Algunos Criterios para Calibrar la Decadencia del Sistema Capitalista*. Disponível em: <<http://www.observatoriodelacrisis.org>>. Acesso em 25 de junho de 2011.
- RAPOPORT, Mario e BRENDA, Noemí (2010). *Las grandes crisis del capitalismo contemporáneo*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- RIEZNIK, Pablo (2010) Sobre el carácter histórico de la actual crisis mundial. *En Defensa del Marxismo*, n. 37. Buenos Aires.
- _____ (2007). En defensa del catastrofismo. In: *Anais 5º Coloquio Internacional Marx e Engels*. Campinas: CEMARX, IFCH/UNICAMP.
- _____ (2003). *Las formas del trabajo y la historia*. Buenos Aires: Biblos.
- _____ (2000). Los intelectuales ante la crisis contemporánea: sobre la “intelligentsia” latinoamericana. In: *Marxismo y Sociedad*. Buenos Aires: Eudeba.
- SCHWARTZ, Gilson. *Keynes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.